



NORWEGIAN CHURCH AID
actalliance

RELATÓRIO FINAL

AVALIAÇÃO EXTERNA FINAL DO PROGRAMA DE VIOLÊNCIA BASEADA NO GÊNERO E VIH & SIDA 2011 - 2015



Por: Delma Monteiro
Roque Umbar

Novembro de 2016

ÍNDICE

Tabelas e Gráficos	3
.....	
Siglas e Abreviaturas	4
.....	
Resumo Executivo	5
.....	
Introdução	9
.....	
I. Marco Teórico dos Programas	11
.....	
II. Marco Metodológico da Avaliação	12
.....	
2.1. Classificação e Abordagem	12
.....	
2.2. Método Científico	12
.....	
2.3. Fontes de Informação	14
.....	
2.4. Condicionantes e Limites	15
.....	
III. Conclusões da Avaliação	16
.....	
3.1. Relevância	16
.....	
3.2. Eficácia	19
.....	
3.3. Eficiência	23
.....	
3.4. Sustentabilidade	23
.....	
3.5. Impacto	24
.....	

3.6. Valor Agregado pela AIN	25
.....	
IV. Lições Aprendidas	27
.....	
V. Recomendações Chaves	28
.....	
Fontes Secundárias Utilizadas	29
.....	
Anexo	30
.....	
Anexo 1: Os TdRs da Avaliação	30
.....	
Apêndices	34
.....	
Apêndice 1: Proposta Técnica de Consultoria	34
.....	
Apêndice 2: Ferramentas de Recolha de Dados	39
.....	
Apêndice 3: Listagem de informantes chaves e Grupos Focais	45
.....	
Apêndice 4: Listagem de Beneficiários Inquiridos	46
.....	

Tabelas e Gráficos

	#	Designação	Pag
TABELA	1	Nº de Inquiridos por Município	13
	2	Mapa de Indicadores de Resultados para VBG	20
	3	Mapa de Indicadores de Resultados para VIH & SIDA	21

	4	Escala de Valoração para avaliar o nível de conhecimento dos beneficiários .	22
GRÁFICOS	1	Faixa Etária	13
	2	Distribuição dos beneficiários por tipo de programa	14
	3	Tipo de Actividades Participadas	18
	4	Importância dos Programas, segundo os beneficiários	18
	5	Nível de conhecimento dos beneficiários em VBG e VIH & SIDA	22
	6	Nível de Contribuição dos Programas para os Beneficiários	25

Siglas e Abreviaturas

AIN	Ajuda da Igreja Norueguesa
CATV	Centro de Aconselhamento e Testagem Voluntária
CICA	Conselho das Igrejas Cristãs em Angola
FMJIG	Fórum das Mulheres Jornalistas para Igualdade de Género

IEBA	Igreja Evangélica Baptista em Angola
IECA	Igreja Evangélica Congregacional em Angola
MEPA	Missão Evangélica Pentecostal em Angola
OBF	Organizações Baseadas da Fé
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PMA	Plataforma Mulheres em Acção
PNADEMUR	Plano Nacional de Desenvolvimento da Mulher Rural
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNIEG	Política Nacional para Igualdade e Equidade de Género
PVVHS	Pessoas Vivendo com VIH e Sida
SC	Sociedade Civil
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
UCF	União Cristã Feminina
VBG	Violência Baseada no Género
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana

RESUMO EXECUTIVO

A avaliação dos programas de Género e VIH e SIDA implementados pela AIN de 2011 a 2015, decorreu formalmente entre 17 de Outubro e 05 de Novembro de 2016, num total de 18 dias úteis de trabalho, em Luanda e Benguela. A mesma foi realizada por uma equipa de consultores externo composta por Delma Monteiro e Roque Umbar, que trabalharam em conexão com a equipa da AIN e os parceiros implementadores do programa. Na província de Luanda foi aferida a dinâmica desenvolvida pelos parceiros CICA, FMJIG, UCF, IECA, IEBA e na província de Benguela pela PMA.

Para além da revisão documental (documentos estratégicos da AIN, relatórios de progresso e monitoria) a avaliação implicou 13 informantes directos, de 6 organizações parceiras e a AIN, 28 beneficiários que participaram do inquérito e de 3 grupos focais. A avaliação realizou ainda um workshop de revisão e validação dos resultados preliminares com os parceiros, incluindo a AIN nas pessoas do Sr. Jordão António e a Sra. Stephanie French, Oficial de programas e Representante residente da AIN, respectivamente.

Do ponto de vista de abordagem metodológica a avaliação seguiu 5 critérios, nomeadamente: Relevância, Eficácia, Eficiência, Sustentabilidade/Impacto e Valor Agregado pela AIN.

As principais constatações e conclusões, por critério de avaliação resumem-se em:

1. **Relevância**

- Ambos os programas desenvolvidos pela AIN, foram implementados num contexto caracterizado pelo posicionamento activo de vários actores (públicos e da sociedade civil), em abordar quer de forma directa ou de modo transversal, tais matérias que estiveram alinhadas aos marcos legais, estratégicos e políticos nacionais e internacionais.
- O programa de VBG apoiou a levar para as igrejas e fiéis, a reflexão frontal sobre igualdade entre homens e mulheres e impulsionou o processo de desconstrução de práticas culturais que prejudicam a mulher, quer no seio dos beneficiários (crentes e não crentes) como no seio dos líderes religiosos.
- A opinião dos beneficiários sobre a importância dos programas é positiva, na medida em que cerca de 89% dos beneficiários inquiridos alegaram que os programas de VBG e VIH e SIDA foram inequivocamente pertinentes.
- A escolha dos parceiros feita pela AIN para trabalhar essas temáticas foi relevante pelo facto de incluir organizações com grande poder mobilizador (OBF), fazedores de opinião (FMJIG – Midea) e defensoras de direitos humanos com um forte pendore de advocacia social (PMA).

2. **Eficácia**

- O estudo de base realizado em Julho de 2011 produziu bastantes dados qualitativos, porém não determinou os valores de partida para cada indicador.
- O relatório consolidado apresenta um importante indicador de outcome de forma controversa. No logframe o indicador 2 do outcome 1 aparece como "Número de líderes religiosos e tradicionais que denunciam publicamente práticas nocivas como a violência doméstica, gravidez precoce e a discriminação das mulheres e meninas". No relatório consolidado, o mesmo aparece como "Casos denunciados" o que não permite uma leitura rigorosa do nível de alcance dos objectivos.
- A AIN estabeleceu metas, mas pouco ambiciosas se comparadas com o nível de realização dos indicadores de resultados, sendo que alguns indicadores conheceram uma performance 2 a 3 vezes maior que a meta pré-definida. Por exemplo, se estabeleceu como meta a identificação e acompanhamento de 100 casos de PVHS no entanto, o projecto identificou e acompanhou 321 PVHS; Se estabeleceu ainda que se formariam 150 líderes religiosos que defendem as PVHS nas suas

comunidades contra o estigma e discriminação e o projecto conseguiu que 400 líderes religiosos fossem activos na defesa das PVHS;

- As acções desenvolvidas pelas organizações permitiram a massificação do conhecimento nos diferentes temas, mas precisa-se aprofundar a dimensão do exercício de direito e tomada de consciência no seio dos beneficiários

3. *Eficiência*

- AIN procurou assistir os parceiros para que estes pudessem desenvolver capacidades técnicas. Porém, as necessidades prevalecem.
- As tarefas e responsabilidades entre as partes sempre foram claras, pelo menos a nível dos contratos. Todavia, os processos de comunicação conheceram alguns desafios que foram superadas ao longo do processo.
- O trabalho conjunto entre as OSC e as OBF representou um grande desafio para as organizações envolvidas no que concerne as formas de actuação mas as partes afirmam ter sido um processo de aprendizagem e crescimento mútuo.

4. *Sustentabilidade*

- O FMJIG impulsionou a institucionalização de auto censura em vários órgãos do sector da comunicação no tratamento de matérias relacionadas a VBG;
- Embora os programas de VBG e VIH e SIDA terem encerrado em 2015, os parceiros continuam desenvolvendo acções junto dos grupos de referência;
- A ascensão de mais mulheres nas estruturas de liderança das Igrejas é uma garantia de continuidade e possível ampliação da abordagem de género e VIH e SIDA;
- O trabalho em parceria experimentado pelos parceiros da AIN continua e constituir uma plataforma de crescimento mútuo;
- O trabalho iniciado com os líderes e a aposta nas organizações baseadas na fé são garantias de continuidade, independentemente de financiamentos externos, pois possuem estruturas sociais funcionais;

5. *Impacto*

- Hoje há maior cuidado no tratamento jornalístico que se dá aos casos de Violência, sem a vitimização secundária da vítima e com protecção de identidade (ocultação do rosto, mudança da voz, nomes fictícios...) quando a situação o exige.
- Os programas fizeram emergir mais lideranças femininas dentro da estrutura das Igrejas bem como a criação de capacidades a vários níveis (organizações implementadoras, administrações locais, etc);
- Cresceu e continua crescendo a cada dia a frequência e o número de líderes religiosos que abordam a questão de igualdade de género e VIH e SIDA durante os cultos.

6. *Valor Agregado da AIN*

- AIN levou os parceiros a incorporar nos seus planos estratégicos e nos elementos de cultura organizacional, as questões de género e VIH e SIDA;
- A estratégia de trabalho articulado e coordenado, montada pela AIN, levou as organizações a trocarem experiências positivas e até a dirimir pontos de divergência quer de ideias, procedimentos de trabalho, lógica de advocacia e lobby, valores

institucionais, etc.

- A assessoria aos parceiros para desenvolvimento de políticas e procedimentos internos bem como de elaboração de relatório descritivos e financeiros, embora com necessidade de reforço no domínio do acesso à financiamentos;
- A monitoria permanente da AIN, baseada numa metodologia própria de acompanhamento e mentoria para produção de resultados, o que ajudou os parceiros a crescer;
- A capacidade da equipa da AIN, em termos de mobilização de recursos e o papel dos Conselheiros de VIH em Oslo.

Na base destas constatações recomenda-se:

a) Relativamente a AIN

- Modelar no texto do contrato standard, a obrigatoriedade dos parceiros adoptarem género e VIH e SIDA como temas de abordagem transversal;
- Manter a dinâmica de *follow-up* dos processos de formação técnica, porém ter em atenção a necessidade de testificar a competência adquirida;
- Investir na capacitação técnica dos parceiros em matéria de elaboração de projecto, monitoria e estratégia financeira, tendo em atenção os diferentes doadores (financiadores mais exigentes como USAID e UE), os quesitos de elegibilidade, etc. Tudo isto pode ser operacionalizado através da realização de um *baseline* que permita a identificação das reais necessidades institucionais em termos de reforço de capacidades técnicas, um desenho e execução de um plano de formação realístico (no formato aprender fazendo) e um *endline* para medir o impacto;
- Mapear, juntamente com os parceiros, oportunidades de financiamentos disponíveis em cada ano fiscal, sobretudo para os parceiros que deixaram de beneficiar de fundos da AIN;
- A parceria a longo termo é muito importante e favorece o crescimento institucional do parceiro, mas é preciso que o contrato de financiamento seja anual ou bianual de forma a não acomodar o parceiro e o incentivar a apurar a sua capacidade de implementação e produção de resultados e impacto.

b) Relativamente as organizações parceiras:

- Que se desenvolvam sistemas de monitoria interna para garantir o acompanhamento efectivo da implementação dos projectos bem como medir o nível de cumprimento dos objectivos. A capacidade de produção e gestão de dados é fundamental para a vida interna das organizações e contribui para a construção de uma imagem institucional credível, capaz de atrair parceria e financiamentos.
- Que sejam capazes de negociar sobre que capacidades técnicas precisam de ser desenvolvidas;
- Que continuem a capitalizar e criar sinergias no sentido de se maximizar os ganhos dos programas a fim de que a Igreja Fé Apostólica e IEA, igrejas membro do CICA, abram espaço para a participação da mulher a nível da hierarquia superior da Igreja;
- Diversificar as fontes de financiamento para se reforçar os factores de sustentabilidade de processos ora iniciados. E que sejam proactivos na busca de

financiamentos, quer para novos projectos quer para complementar projectos já financiados, e que procurem sempre formas de responder legal, institucional e administrativamente os requisitos para os doadores e mais exigentes.

INTRODUÇÃO

A abordagem de direitos humanos em Angola ganhou corpo através da sociedade civil. Inicialmente solicitada por muitos parceiros, doadores e financiadores, esta abordagem permitiu a sociedade civil um olhar mais abrangente e relacional de muitas questões sociais onde ficou demarcada a necessidade da transversalidade de vários temas, sob pena de não se alcançar o sucesso dos projectos implementados. Temas como Direitos Humanos e VIH/SIDA, Direitos Humanos e Género, Direitos Humanos e Pobreza, passaram a fazer parte dos planos estratégicos de várias organizações como a ADRA, AJPD, Mwenho, UCF, PMA, FMJIG, Fojassida, bem como várias Organizações Comunitárias de Base (OCB) e Organizações Baseadas na Fé (OBF). De referir que as OCB e as OBF tiveram um papel fundamental no processo pela sua disponibilidade e capacidade de interpretar, adaptar e questionar práticas culturais e religiosas nocivas bem como, pela capacidade de mobilizar e

influenciar comportamentos, práticas e atitudes.

O Governo incluiu essa abordagem através de programas e políticas públicas, que permitiram parcerias e o entrosamento dos projectos implementados pela sociedade civil, maior oportunidade de advocacia, maior possibilidade de sucesso e impacto na mitigação dos problemas sociais nomeadamente o estigma e discriminação em relação ao VIH e SIDA, maior acesso à informação e assistência médica e medicamentosa para as pessoas infectadas pelo VIH e SIDA, aumento das denúncias e queixas dos casos de violência contra a mulher e de violência doméstica, maior acesso para as meninas e mulheres à escola e ao mercado de trabalho bem como, maior aceitação da igualdade de género como necessária para o desenvolvimento social.

A Ajuda da Igreja da Noruega em Angola (AIN), não esteve por fora deste processo e implementou no período estratégico 2011-2015 dois programas simultâneos - (i) Violência Baseada no Género, (ii) VIH e SIDA - que tinham como objectivos mobilizar homens e mulheres para lidarem com as tradições e práticas que promovem a desigualdade de género e violência e ainda melhorar a qualidade de vida de pessoas vivendo com ou afectadas pelo VIH e SIDA. Os programas foram implementados em Luanda e Benguela com os seguintes parceiros: União Cristã Feminina (UCF), Conselho das Igrejas Cristãs em Angola (CICA), Igreja Evangélica Baptista de Angola (IEBA), Plataforma Mulheres em Acção (PMA) e Fórum de Mulheres de Igualdade no Género (FMJIG).

Ao fim da implementação do programa, a AIN pretende realizar uma avaliação externa, cujos objectivos são:

1. Determinar o grau de cumprimento das metas estabelecidas no documento estratégico;
2. Aferir o impacto nas comunidades afectas aos programas e nos parceiros implementadores.

A avaliação foi conduzida com base em cinco critérios e orientada para responder as seguintes perguntas:

- ✓ **Relevância:** Até que ponto o programa foi relevante para as mulheres e raparigas afectadas pela Violência e Baseada no Género nas áreas geográficas do programa? Até que ponto o programa foi relevante e contribuiu para a Estratégia Nacional e outras possíveis políticas e legislação para prevenir a Violência Baseada no Género?
- ✓ **Eficácia:** Em que medida é que os objectivos foram alcançados? Em que medida o programa contribuiu para reforçar iniciativas relevantes sobre advocacia?
- ✓ **Eficiência:** Em que medida a gestão do projecto (com vários parceiros religiosos e não religiosos) influenciaram de forma eficiente?
- ✓ **Sustentabilidade /Impacto:** Até que ponto pode-se observar/constatar mudanças positivas nos beneficiários em "quebrar o silêncio sobre VBG", produzido pelo

programa? (Directa ou indirectamente)? Que mudanças podem ser observadas/constatadas nas comunidades onde o projecto foi implementado?

- ✓ **Valor Acrescido da NCA:** Qual foi o valor acrescido da NCA nos projectos? Em que medida NCA facilitou /construiu ligações entre parceiros do programa para trabalho de advocacia? Em que medida a NCA contribui para o fortalecimento dos parceiros no sentido de criação capacidades organizacional?

I. MARCO TEÓRICO DOS PROGRAMAS

Os Programas de VBG e Mitigação Social do VIH e SIDA

Globalmente, o objectivo destes dois programas é *reforçar a capacidade dos parceiros para trabalhar com uma abordagem baseada nos direitos e desenvolver a capacidade dos membros para questionar as relações de poder, trabalhar a masculinidade como um elemento chave para aumentar a vulnerabilidade ao VIH / SIDA, Casamentos precoces, abuso e estupro de mulheres e meninas*¹.

Todos os parceiros da AIN neste programa até 2013 foram membros do CICA (UCF e

¹NCA, Proposal for Continued support to NCA's country plan in Angola 2014 – 2015, submitted to Norad for the period January 2014 to December 2015, on 2013

IEBA). De 2014 a 2015, dois novos parceiros anteriormente apoiados pela APN, nomeadamente a PMA e FMJIG foram incluídos nos programas. Esperava-se também que ambas as organizações desempenhassem um papel fundamental no apoio e no desenvolvimento de capacidades dentro do CICA. Referir ainda que a AJPD, como parceiro de reforço, tratou de forma organizada e documentada, políticas para lidar com VBG.

Apesar de nem todas as igrejas membros do CICA fazerem parte da parceria, o espírito da intervenção era influenciá-los no sentido de adoptarem práticas mais gendarizadas e atitudes menos discriminatórias em relação ao VIH e SIDA.

O programa de Violência Baseada no Género tem como objectivo que homens e mulheres são mobilizados e agem lidando com as tradições e práticas que promovem a desigualdade de género e a violência e; o programa de Mitigação social do VIH e da SIDA tem como objectivo que seja melhorada a qualidade de vida de pessoas vivendo com ou afectadas pelo VIH e SIDA.

Os principais *resultados* resumem-se em:

- Organizações baseadas na fé e na comunidade são mobilizadas para prevenir e reduzir todas as formas de práticas tradicionais nocivas.
- As organizações baseadas na fé e na comunidade foram influenciadas para transformar e mudar crenças, atitudes, comportamentos e práticas que defendem a VBG.
- Os titulares de direitos são mobilizados para reivindicar direitos iguais para as PVVHS a nível local e nacional.
- Os titulares de direitos beneficiam de assistência jurídica, social, física e económica, com especial incidência nas mulheres e crianças.

II. MARCO METODOLÓGICO DA AVALIAÇÃO

2.1. Classificação e Abordagem

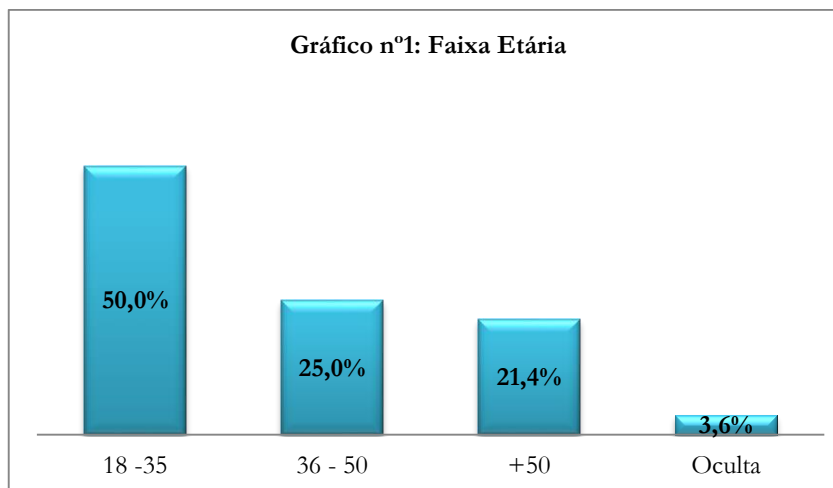
- ***Do ponto de vista da sua natureza:*** é uma Avaliação Aplicada, porque visa produzir conhecimento relativo ao processo de intervenção e captar lições para projectar melhores formas de condução da parceria entre AIN e organizações angolanas, no presente e futuro.
- ***Do ponto de vista dos objectivos:*** o processo de avaliação classifica-se como Descritivo e Analítico. Descritivo na medida em que orienta-se para a caracterização e apresentação de realizações ou resultados, em termos de impacto dos programas ao nível dos beneficiários e parceiros implementadores, ao longo dos 5 anos (2011 – 2015). E, analítico, por procurar aferir, com menor grau de subjectividade possível, o nível de cumprimento das metas estabelecidas no documento estratégico da AIN, simplificadas e esquematizadas no âmbito do *logframe* para o período em referência.

- ***Do ponto de vista da abordagem usada:*** a avaliação é simultaneamente Qualitativa e Quantitativa, porquanto valoriza e capitaliza informações diversas em termos de opiniões individuais e colectivas baseadas em inquérito por entrevista individual (dirigida aos actores chaves) e por grupos focais (dirigida aos beneficiários), assim como opiniões e informações traduzidas em números, com recurso a técnicas estatísticas, baseadas em inquérito por questionário aos beneficiários e análise de dados secundários.
- ***Do ponto de vista dos procedimentos técnicos adoptados²:*** é um Levantamento, uma vez que são interrogados directamente os indivíduos implicados nos programas e consultados documentos (directos ou indirectos aos programas), porém, relacionados as abordagens temáticas dos mesmos.
- ***Do ponto de vista de tratamento dos dados:*** recorreu-se a análise de conteúdo e triangulação das fontes, com vista a descrever tendências, inferir e interpretar os dados.

2.2. Método Científico

- ***Método indutivo:*** a análise da relevância dos programas, bem como a opinião dos diferentes actores e beneficiários implicados é fundamentada nos dados recolhidos e não em preconcepções. As constatações resultantes dos dados recolhidos permitiram generalizações.
- ***População ou universo:*** o processo de avaliação não seguiu um método rigoroso de definição de amostra, fundamentalmente devido a opção de uso da abordagem combinada (qualitativa e quantitativa). Porém, a abordagem qualitativa considerou a globalidade dos actores implicados na implementação (6 organizações). Por seu turno, a abordagem quantitativa procurou inquirir um número razoável de beneficiários, tendo incluído processos levados a cabo por uma OBF e outra baseada em valores “meramente” cívicos e sociais.
- ***Amostragem:*** em função de dificuldades de mobilização dos grupos de beneficiários pelas organizações, devido essencialmente ao tempo limitado para a realização da avaliação, optou-se por uma Amostra Não Probabilística por Conveniência. A previsão inicial era de abordar pelo menos 45 beneficiários.
- ***Colecta de dados por Questionário auto-administrado:*** o inquérito aos beneficiários baseou-se num questionário de perguntas fechadas (resposta única) e semifechadas (argumentos e justificações). Foram validados 28 questionários, sendo que metade dos inquiridos (50,0%) são jovens, de acordo com os dados do gráfico nº 1.

² Gil, 2010, p.29.



De modo geral, os dados do gráfico acima são bastante animadores porque indicam que os investimentos feitos pelos programas atingiram em mais de 96,4% indivíduos que compreendem a chamada “população potencialmente activa”³ – em condições de contribuir no processo de desenvolvimento nos próximos 20 e 30 anos.

Importa referir ainda que o inquérito foi mais abrangente em Luanda (com um total de 64,3% de inquiridos). E cerca de 89,3% do total de inquiridos são do sexo feminino, como se apresenta na tabela n° 1 abaixo.

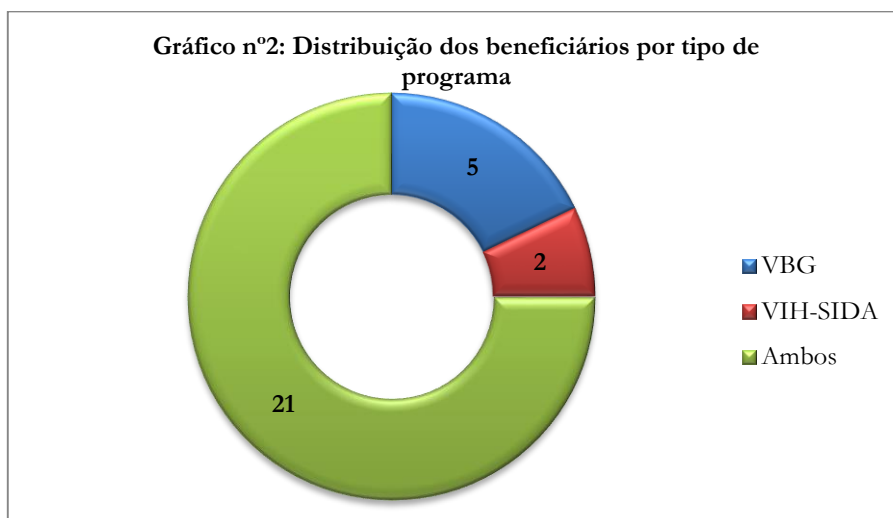
Tabela 1 - N° de Inquiridos por Município

Opções	Frequência		Percentagem (%)	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Bocoio	0	10	0,0%	35,7%
Cazenga	3	7	10,7%	25,0%
Maianga	0	2	0,0%	7,1%
Cacuaco	0	2	0,0%	7,1%
Viana	0	1	0,0%	3,6%
Sambizanga	0	2	0,0%	7,1%
Belas	0	1	0,0%	3,6%
Totais Parciais	3	25	10,7%	89,3%
Total Geral	28		100,0%	

A disparidade relativa a abrangência geográfica pode ser explicada pelo facto de apenas a PMA ter desenvolvido acções em Benguela, no âmbito dos programas objecto da presente avaliação. Por sua vez, a densa participação das mulheres explica-se não só pelo impacto e abrangência que teve o programa de VBG, mas também pela coincidência da realização de uma série de actividades com as mulheres, que os parceiros estavam desenvolvendo, como por exemplo: a formação e encontro musical realizado pelo CICA, por altura da avaliação.

³ Perspectiva economicista de Lukombo, 2012.

Outro dado importante tem a ver com o nível de envolvimento dos inquiridos por natureza de actividades (tipo de programa), tal como mostra o gráfico 2.



Fica claro no mesmo que maior parte dos beneficiários inquiridos (75% do total) esteve envolvido nas actividades quer de género, quanto de VIH, o que atesta a fiabilidade dos dados prestados e nos permite inferir com maior segurança e confiança.

- **Tabulação e apresentação dos dados:** foi desenvolvida uma base de dados em Microsoft Excel que permitiu a organização e o armazenamento da informação recolhida, assim como a extrapolação de gráficos e tabelas.

Questões éticas: a participação foi livre e consentida pelos inquiridos. Assegurou-se que as questões não causassem constrangimentos nem estimulassem a revelação de segredos profissionais. Foram respeitados os princípios da honestidade intelectual, da não manipulação de dados e do reconhecimento e referência das fontes.

2.3. Fontes de Informação

A avaliação socorreu-se de várias fontes de informação, nomeadamente:

- Documentos existentes sobre a estratégia da AIN e programas para Angola;
- Documentos relevantes que abordam o contexto de género e VIH no período de 2011 a 2015;
- Informantes chaves – UCF, PMA, FMJIG, IEBA, IECA, CICA, AIN, aos quais se dirigiram as entrevistas semi-estruturadas e a discussão dos resultados preliminares (workshop de validação);
- Beneficiários directos de duas organizações parceiras que trabalham em Luanda (CICA) e Benguela (PMA), com os quais se realizaram os grupos focais e foi aplicado o inquérito de opinião e avaliação dos efeitos dos programas.

2.4. Condicionantes e Limites

- **Factor Tempo:** o tempo reduzido para avaliação (18 dias), não permitiu aprofundar algumas informações do domínio das organizações parceiras da AIN, uma vez que estas possuem agendas de trabalho muito apertadas (viagens, formações, etc);

- **Fontes documentais:** alguns parceiros tiveram dificuldades em encontrar e partilhar os relatórios produzidos, sobretudo organizações que terão deixado cedo os programas (como por exemplo a IECA que lembra de ter-se envolvido apenas no ano de 2011);
- **Fontes Vivas:** o número reduzido de beneficiários que mostraram-se prontos quer para a realização dos grupos focais, quanto para o preenchimento dos questionários.

III. CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO

3.1. Relevância

a. Relevância para o contexto em geral

Os programas de violência baseada no género e mitigação social do VIH desenvolvidos pela AIN foram implementados num contexto caracterizado pelo posicionamento activo de vários actores (públicos e da sociedade civil), em abordar quer de forma directa ou de modo transversal, tais matérias. Várias OSC incorporaram a abordagem de género e VIH nos seus planos estratégicos, numa perspectiva de abordagem de desenvolvimento baseada nos direitos humanos;

As acções e iniciativas de trabalho em género e VIH estiveram alinhadas aos marcos legais, estratégicos e políticos nacionais, com destaque para:

- A Constituição da República de Angola⁴, que contempla o “princípio da igualdade” nos artigos 1º, 2º e 23º, assim como;
- A Lei dos Partidos Políticos (Lei n.º 2/2005) que contém uma provisão de representação de género não inferior a 30% no seio dos partidos políticos;
- A Política Nacional de Saúde (Decreto presidencial n.º 262/10 de 24 de Novembro), que no âmbito da análise da situação de saúde no país, faz referência quer a questão de género quanto a do VIH;
- A Lei Contra a Violência Doméstica (Lei n.º 25/11);
- O Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (PND), que contempla a promoção articulada com a SC, da igualdade de direitos, obrigações e oportunidades entre homens e mulheres⁵;
- O discurso do Presidente da República na abertura do Fórum Nacional da Mulher Rural (2014) enfatizou a necessidade de desenvolvimento de programas específicos para a mulher rural, tendo, no seu seguimento, sido validado o Plano Nacional de Desenvolvimento da Mulher Rural (PNADEMUR 2015-2017);
- A Política Nacional para Igualdade e Equidade de Género (Decreto n.º 222/13) e a Estratégia de Advocacia e Mobilização de Recursos para a sua Implementação e Monitorização (PNIEG).

Em todo este processo houve envolvimento, empenho e influência (directa ou indirecta) de OSC e OBF que, com coragem, articulação e alguma coordenação foram desenvolvendo acções quer de empoderamento das comunidades, como de advocacia e lobby junto das autoridades.

No plano internacional, o programa de VBG teve um enquadramento directo ao Plano de Acção para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres no Desenvolvimento (2010-2015), concebido e promovido em Junho de 2010 pela União Europeia, plano este que reflecte a preocupação da União Europeia em apoiar o processo de aceleração do alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), em particular os ODMs 3⁶ e 5⁷. Paralelamente a este, junta-se o plano Estratégico da CPLP para Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres⁸.

b. Relevância ao nível das organizações

A abordagem de género sempre foi encarada como tabu no seio de muitas OSC e igualmente nos seios das OBF. Culturalmente a mulher não tinha voz nem espaço, situação que já foi considerada mais gravosa nos circuitos religiosos. O programa de VBG apoiou a levar para as igrejas e fiéis, a reflexão sobre igualdade entre homens e mulheres.

Há um reconhecimento quase que unânime no seio das OBF e das OSC implicadas nos programas, segundo o qual, as acções permitiram o início do processo de desconstrução de práticas culturais que prejudicam a mulher, quer no seio dos beneficiários (crentes e não

⁴ Promulgada a 5 de Fevereiro de 2010 .

⁵ PND (2013-2017), p.41

⁶ ODM 3: “Promover a Igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres”.

⁷ ODM 5: “Melhorar a saúde materna e simultaneamente reforçar a coordenação da UE com os países parceiros no que respeita às políticas de igualdade de género na cooperação para o desenvolvimento”.

⁸ www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2013/12/PLANO ESTRATEGICO VERSAO FINAL.pdf.

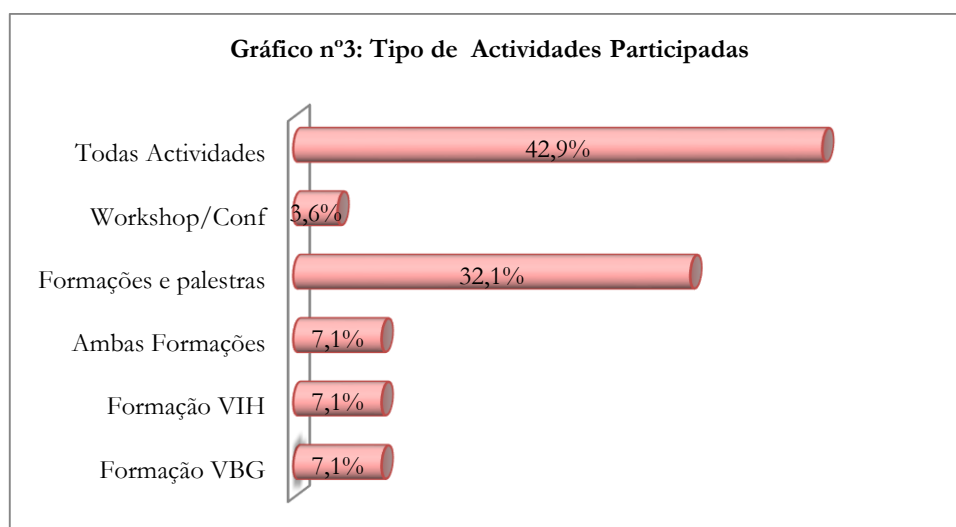
crentes) como no seio dos líderes religiosos. As questões de género e VIH e SIDA são hoje, abordados com maior frontalidade e coragem dentro da igreja e das comunidades. Por exemplo, a igreja, embora não incentive, já aborda a questão do uso do preservativo como meio de prevenção contra o VIH e outras ITS. De igual modo já encaminha casos de violência doméstica para as autoridades policiais, ainda que de forma reduzida.

Outro aspecto, mas não menos importante, foi o facto de que os programas permitiram o alargamento do network de organizações angolanas que trabalham as questões de género e VIH e SIDA, numa altura em que registou-se uma saída brusca de doadores e com eles os apoios financeiros para o sector, a redução de materiais diversos como reagentes nos CATVs, bem como a “retirada” da temática de VIH e SIDA como prioridade da agenda do Governo angolano.

Angola registou uma redução significativa de acções e programas, de actores e de financiamentos para se trabalhar as questões de género e VIH, nos últimos 3 a 4 anos. Com o encerramento dos programas de VBG e VIH e SIDA apoiados pela AIN, as organizações parceiras poderiam ser um recurso em função da experiência, do protagonismo e reconhecimento público alcançados, mas muitas destas ainda debatem-se com problemas de capacidades institucionais para organizar processos de intervenção, aceder a fundos, etc. Outras ainda são em si um recurso limitado para abordar de modo profundo e com frontalidade as questões de género e VIH e SIDA, como por exemplo: o discurso sobre o uso de preservativo no seio da igreja, o encaminhamento pelos pastores, dos casos de VBG às autoridades legalmente competentes, etc.

c. Relevância para os Beneficiários

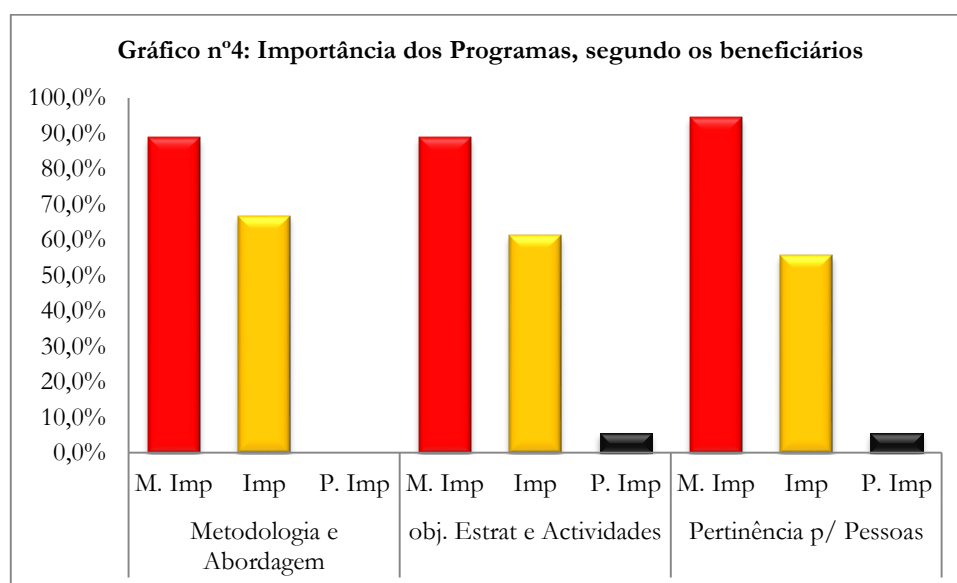
Para os beneficiários as acções desenvolvidas pelas organizações implementadoras foram benéficas e permitiram o aumento do conhecimento sobre VBG e VIH. São diferentes actividades em que os mesmos participaram, com destaque para formações e palestras (32,1% das afirmações), afora o facto de que maior parte participou nas diversas actividades (cerca de 42,9%), de acordo com o gráfico 3 abaixo.



Estimam os mesmos que reduziu de forma importante, os actos de discriminação das pessoas vivendo com VIH e SIDA, sobretudo devido a inclusão de testemunhos vivos nas palestras e que há mais denúncias sobre VBG junto de pastores e polícia.

“a palavra de esperança dá vida...”⁹

A opinião dos beneficiários sobre a importância dos programas é positiva, na medida em que cerca de 89% dos beneficiários inquiridos alegaram que os programas de VBG e VIH e SIDA foram inequivocamente pertinentes, nas diferentes categorias de análise propostas no questionário, como se vê no gráfico 4.



Alegam os beneficiários, dentre outros aspectos, que as mulheres hoje possuem uma visão diferente, já participam activamente nos encontros, estão mais engajadas na sua escolarização e formação profissional que, as pessoas possuem mais conhecimento sobre as formas de prevenção do VIH, sobre a necessidade que há de apoiar pessoas vivendo com VIH e SIDA, assim como a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres, na base dos instrumentos convencionais internacionais dos direitos humanos.

3.2. Eficácia

a. Ponto Prévio

O estudo de base realizado em Julho de 2011 sobre situação de género e VIH nas áreas de actuação directa dos parceiros, produziu uma análise exaustiva e positiva sobre os indicadores dos programas e a situação identificada na altura, em termos de áreas críticas para a actuação dos diferentes parceiros¹⁰. A ênfase na produção de dados qualitativos ofuscou a determinação dos valores quantitativos em termos de situação de partida, de modo a permitir

⁹ Frase enunciada por uma participantes do grupo focal 1

¹⁰ Relatório da linha de Base sobre Mitigação do HIV e SIDA e VBG, 2011, p.19.

medir com objectividade e menor grau de subjectividade, as mudanças operadas no seio dos beneficiários, dificuldade esta que pode se verificar, por exemplo, ao nível do relatório consolidado do período 2011 - 2014¹¹ e no relatório de 2015¹². Portanto, não foram determinados os valores de partida para cada indicador.

De todo modo, a equipa de gestão da AIN, estabeleceu metas, mas pouco ambiciosas se comparadas com o nível de realização, tal como apresentamos mais abaixo nos Mapas de Indicadores de Resultados, sendo que alguns indicadores conheceram uma performance 2 a 3 vezes maior que a meta pré-definida.

Por outro lado importa referir que o relatório consolidado (2011 – 2014) apresenta de modo invertido o sentido de alguns indicadores de outcome, o que não permite uma leitura rigorosa do nível de alcance dos objectivos. Por exemplo, o logframe refere como indicador 2 do outcome 1 “*Número de líderes religiosos e tradicionais que denunciam publicamente práticas nocivas como a violência doméstica, gravidez precoce e a discriminação das mulheres e meninas*”, já no relatório consolidado, este mesmo indicador segue a seguinte redacção “*Casos denunciados publicamente por líderes religiosos e tradicionais*”. Tratam-se de dois importantes indicadores, mas não devem ser assumidos como a mesma informação.

b. Indicadores de Resultados

De modo simples e objectivo, a tabela nº 2 apresenta os diferentes indicadores de resultados (indicadores de efectividade) do programa de VBG, assim como o nível do seu alcance (performance), permitindo uma fácil leitura e compreensão.

Tabela 2 – Mapa de Indicadores de Resultados para VBG

	INDICADORES DE RESULTADOS DO PROGRAMA DE VBG	LINHA DE BASE	META	REALIZADO	(%)	COMENTÁRIOS
SOI	Número de titulares de direitos com conhecimento sobre o seu direito a uma vida livre de violência baseada no género	0	13589	10208	75,1%	Mérito atribuído essencialmente aos programas de rádio do FMJIG, mas de difícil mensuração.
Outcome 1	1. Número de comunidades em que NCA e parceiros implementaram projectos relacionados com a prevenção e redução de práticas prejudiciais.	3	30	42	140,0%	A partir de 2014, 2 novos parceiros foram incluídos no programa
	2. Número de líderes religiosos e tradicionais que denunciam publicamente práticas nocivas como a violência doméstica, gravidez precoce e a discriminação das mulheres e meninas.	0	130	156	120,0%	
Outcome 2	1. Número das OBF e OCB que demonstraram acções sociais para redução VBG.	0	15	15	100,0%	Idem

¹¹ Angola Country Report, 2011 – 2014, pp. 4 e 8.

¹² Annual Narrative Report Country programmes Angola, 2015, pp. 7 – 10.

2. Número de OBFs que analisou as políticas e práticas próprias que mantêm a discriminação de género e VBG.	0	15	11	73,3%	Só o parceiro AJPD ¹³ tratou de forma organizada e documentada, políticas para lidar com VBG
3. Número de OBF fazendo uso de escritura teológica que condenam VBG, ex. material de campanha Tamar.	0	15	3	20,0%	CICA, UCF e IEBA foram as OBF que usaram a campanha Tamar para condenar a VBG

De acordo ainda com o relatório consolidado já referenciado, o programa de VBG teve diversas realizações, sendo que permitiu:

- a implementação de 5 projectos em 16 comunidades e a formação de 104 activistas comunitários;
- a participação de 116 líderes religiosos em treinamentos sobre VBG e consequente identificação de 93 casos de violência;
- cerca de 132 casos de pessoas que beneficiaram de aconselhamento pastoral, dos quais 21 com apoio psicológico e 6 com apoio jurídico;
- cerca de 7.139 detentores de direitos educados sobre VBG, (v) 1 OBF que analisou suas políticas e práticas próprias em relação a discriminação de género e VBG;
- 3 OBF que usam as escrituras para abordar matérias de género;
- formação de 6 grupos comunitários em Benguela sendo 3 na Ganda (Meninas de Rosa, Twamamako e Iremos de voltar) e 3 no Bocoio (Tchinene, Mulembeira e Kukula).

Analogamente ao programa de VBG, a tabela nº 3 apresenta a performance dos indicadores de resultado do Programa de Mitigação social do VIH.

Tabela 3 – Mapa de Indicadores de Resultados para VIH & SIDA

	INDICADORES DE RESULTADOS DO PROGRAMA DE MITIGAÇÃO SOCIAL DO VIH & SIDA	LINHA DE BASE	META	REALIZADO	(%)	COMENTÁRIO
SOI	Número de titulares de direitos afectados pelo HIV e SIDA que recebem cuidados e apoio	0	500	5596	1119,2%	Dado influenciado maioritariamente pela campanha de triagem organizada em 2015 pela UCF
Outcome 1	1. Número de casos apresentados aos detentores de obrigações em matéria de direitos iguais para PVHA (direitos legais, económicas e espirituais).	0	100	321	321,0%	Em 2015, como resultado da campanha de aconselhamento conduzida pelo parceiro UCF, 96 pessoas positivas foram adicionadas no programa existente. Isto aumentou o alvo do SOI para o período de 5 anos.
	2. Número de líderes religiosos que defendem contra o estigma e discriminação contra PVHS nas suas comunidades.	0	150	400	266,7%	Mais de 5000 líderes foram treinados durante o período estratégico, mas nem todos eles foram ativos contra o estigma e a discriminação

¹³ AJPD é considerado **parceiro de recurso**, assim como ADRA, Mãos Livres, PMA e FMJIG.

Outcome 2	1. Número de titulares de direitos que recebem apoio espiritual.	2	500	943	188,6%	Em 2015, o programa concentrou-se no apoio espiritual
	2. Cobertura de cuidados e apoio na área do projeto.	0	12%	7,60%	63,3%	Isso inclui a cobertura do hospital Cazenga. O número não é significativo devido à pequena intervenção do programa

As principais realizações do programa de Mitigação Social do VIH e SIDA foram:

- a identificação de 185 casos de VIH positivo;
- o encaminhamento de 3298 pessoas aos CATVs;
- o treinamento de pelo menos 400 líderes religiosos;
- 48 activistas treinados;
- 5546 detentores de direitos treinados pelas OBF sobre não discriminação;
- 523 visitas domiciliares realizadas;
- 57 subsídios alimentares providenciados as pessoas vivendo com VIH;
- 94 participantes em grupos de apoio.

c. Práticas de Intervenção segundo os Parceiros

Das entrevistas realizadas ficou claro que as realizações foram possíveis, devido ao empenho das organizações implicadas na implementação dos programas, sua experiência e estruturas de trabalho, como da capacidade de articulação da equipa técnica da AIN. A forma de pensar género e VIH e SIDA no seio das organizações parceiras é visivelmente diferente, com particular destaque para as OBF que possuem estruturas organizacionais mais fechadas e assentes em conhecimentos dogmáticos.

A IERA (organização membro do CICA), criou o grupo “Semeando Esperança”, que trabalha no apoio às mulheres e jovens vivendo com VIH e a desconstrução de tabus a volta da doença; o CICA notabilizou-se através do Centro Cultural de Apoio às vítimas de VBG; A UCF co-realizou a campanha “Juntos pelo Fim da Violência Doméstica” e a PMA apoiou a constituição de seis grupos comunitários de mulheres em Benguela e a IEBA promoveu a formação de mais pastoras e acompanhou cerca de 340 PVVHS;

O FMJIG realizou cerca de 32 programas radiofónicos sobre igualdade de género e desenvolvimento, assim como mesas redondas, conferência que permitiu a elaboração de uma Declaração conjunta com 9 OSC, a divulgação de informação através da internet, a formação de 100 jornalistas e encontros comunitários de reflexão sobre género.

Outro marco importante foi a realização da **Conferência Ecuménica sobre VIH e SIDA na Igreja** que permitiu o intercâmbio entre diferentes OBF angolanas e de outras partes do mundo, produziu impacto positivo no seio das organizações religiosas, sobretudo devido a participação activa de mulheres pastoras e a presença do pastor Gidian. Isto fez com que pastores comesçassem a dedicar 5 a 10 minutos dos cultos para abordar sobre o VIH, bem como a adopção do manual TAMARA para as reflexões bíblicas de género.

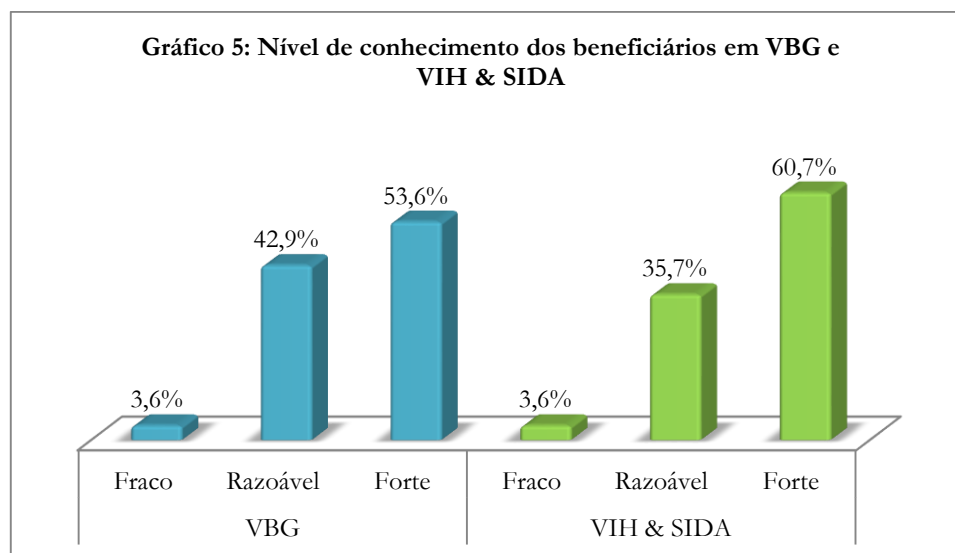
d. Avaliação do nível de conhecimento dos beneficiários

O inquérito aos beneficiários procurou aferir a opinião sobre o nível de conhecimento dos mesmos em relação ao VIH e SIDA, assim como as questões de VBG. Para o efeito foi usada uma escala valorativa de 0 a 10, de modo a reduzir o grau de subjectividade à que estão sujeitas avaliações desta natureza. Para facilitar a análise e compreensão dos resultados obtidos, resumiu-se a escala em apenas 3 níveis, com seus respectivos critérios e significados de análise:

Tabela nº4 – Escala de Valoração para avaliar o nível de conhecimento dos beneficiários

<i>Nível</i>	<i>Intervalo</i>	<i>Descrição</i>
Fraco	0 a 4	Necessita de reforço em aspectos relevantes
Razoável	5 a 7	Necessita de reforço em aspectos pouco relevantes
Forte	8 a 10	Não necessita de reforço, apenas de refrescamento

Os resultados desta particular avaliação são animadores, na medida em que dos 28 inquiridos, cerca de **53,6%** e **60,7%** afirmou ter conhecimento **Forte**, em termos de compreensão sobre VBG e VIH & SIDA, respectivamente, portanto **Não necessita de Reforço**, tal como pode ser visto no gráfico.



As acções desenvolvidas pelas organizações permitiram a massificação do conhecimento sobre direitos humanos, igualdade de género, VIH e SIDA no seio de várias famílias e em diferentes comunidades, assim como o elevar da informação sobre a posição de vulnerabilidade da mulher em relação ao VIH. Mas precisa-se aprofundar a dimensão do exercício de direito e tomada de consciência no seio dos beneficiários, por prevalecer alguma insegurança teórica e retórica na abordagem de género e do VIH. Constatamos nos grupos focais que ainda há dificuldade de transformar o discurso em prática, visto que as situações relatadas deixaram claro que persiste uma mentalidade preconceituosa e discriminatória em relação a mulher e as PVHS. Foi igualmente constatado que ainda existem duas igrejas parceiras do CICA, nomeadamente a Igreja Fé Apostólica e a IEA, que postula a ideia de que a mulher deve ser relegada a tarefas consideradas secundárias ou subalternas.

“Ela sabia que ele estava irritado não devia mais dançar. Ela mesma foi a culpada da luta e fez o outro ir na cadeia atoa”¹⁴

“Muitas mulher não aceitam fazer o teste nas consultas pre-natais porque sabem que se o resultado der positivo não ser discriminadas. As que o resultado sai positivo já não voltam as consultas”¹⁵

3.3. Eficiência

AIN procurou assistir, na medida do possível, os parceiros para que estes pudessem desenvolver capacidades técnicas. Porém, não se pode afirmar categoricamente que os 4 anos de trabalho permitiram criar capacidades bastantes, já que prevalecem ainda necessidades em matéria de reforço da capacidade institucional dos parceiros.

As tarefas e responsabilidades entre as partes implicadas no processo sempre foram clarificadas por via de contratos de financiamento. Os processos de comunicação conheceram alguns desafios no princípio (por exemplo, a IECA reporta cortes de projecto sem aviso prévio; a UCF teve dificuldade na elaboração de relatórios e projectos), porém, hoje, as partes reconhecem que tal melhorou muito ao longo dos anos, assim como a própria cooperação.

O trabalho conjunto entre as OSC e as OBF representou um grande desafio para as organizações envolvidas no que concerne as formas de actuação para o alcance dos objectivos dos programas. Nem sempre foi possível harmonizar a intervenção de Advocacia e Lobby das OSC e a intervenção pedagógica e evangélica das OBF. Apesar disso, as partes afirmam ter sido um processo de aprendizagem e crescimento mútuo.

3.4. Sustentabilidade

Acções mais na linha da prevenção e combate da VBG, como as levadas a cabo pelo FMJIG impactaram sobre o sector da comunicação social, no que diz respeito a maior preocupação dos profissionais em salvaguardar a integridade das vítimas de violência.

Embora os programas de VBG e VIH e SIDA terem encerrado em 2015, os parceiros continuam a desenvolver acções junto dos grupos de referência. É o caso dos pastores da IECA que continuam atendendo uma média de 3 fiéis por dia, para aconselhamento diverso; o CICA que através do CEFOCA continua capacitando mulheres e pretende ainda alargar o seu apoio com o uso efectivo do “Centro Feminino de Literacia Digital”; a UCF onde os activistas continuam a acompanhar PVVHS, realizar visitas domiciliaries e actividades nas escolas, centros de saúde, igrejas e espaços públicos que vão desde palestras, debates e teatro.

¹⁴ Grupo focal no Bocoio.

¹⁵ Idem

Decorrente da intervenção da UCF em parceria com a Fojassida no bairro 11 de Novembro no âmbito da campanha “Juntos Pelo Fim da Violência Doméstica” um estudo realizado pela COSEP mostra que reduziu consideravelmente as justificativas para a prática da violência; Os 6 grupos formados pela PMA, continuam a realizar actividades nas comunidades do Bocoio e da Ganda sobre VIH e SIDA e Género.

O trabalho em parceria experimentado pelos parceiros da AIN continua a constituir uma plataforma de crescimento mútuo e se alargou para outras organizações que não estavam ligadas ao programa. Hoje existe uma parceria efectiva entre a IEBA e a Mãos Livres que foi estabelecida e fortalecida no âmbito do apoio legal para as pessoas vítimas de violência baseada em género, identificadas pelo programa.

O facto do início da intervenção ter sido focalizado em lideranças (com relevância as autoridades tradicionais e religiosas) e a aposta nas organizações baseadas na fé são garantia de continuidade, independentemente de financiamentos externos. As lideranças têm uma grande influência na mudança de comportamentos, atitudes e práticas e as OBF possuem estruturas sociais funcionais.

3.5. Impacto

Hoje há maior cuidado no tratamento jornalístico que se dá aos casos de Violência, sobretudo doméstica e se reportam já vários casos sem a vitimização secundária da vítima e com protecção da identidade (ocultação do rosto, mudança da voz, nomes fictícios...) quando a situação o exige.

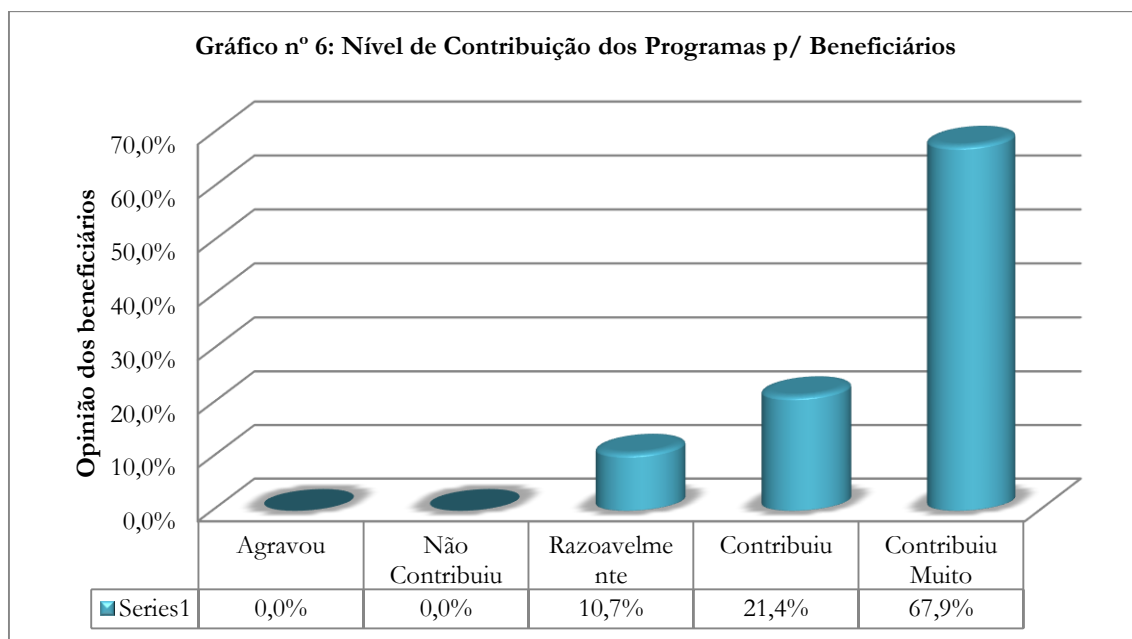
A eleição de uma mulher como Secretária Geral do CICA, a liderança da sociedade média (grupo de referência “jovens” para a IECA) e a ordenação de 4 pastoras, são reconhecidamente ganhos da dinâmica empreendida pelos programas. De referir que isso foi resultado de uma abordagem permanente, coerente e focalizada na necessidade da igualdade de género dentro das estruturas religiosas, dos sermões mais gendarizados e da promoção da participação da mulher nas várias estruturas das Igrejas Cristã.

Outro aspecto de realce é o facto de que cresceu consideravelmente o número de pastoras na Igreja Baptista (as chamadas *Mamãs Pastoras*). Hoje o equilíbrio de género dentro da estrutura da IEBA é um facto, com mais de doze pastoras formadas em teologia. Anteriormente eram consideradas “pastoras” as esposas dos pastores, mesmo sem formação teológica.

Houve um aumento da capacidade dos parceiros em termos institucionais e de abordagem temáticas bem como o reforço das capacidades institucionais dos entes públicos que foram envolvidos nas actividades dos projectos (Administração do Bocoio e Ganda, só para citar alguns).

Cresceu e continua crescendo a cada dia a frequência e o número de líderes religiosos que abordam a questão de igualdade de género e VIH e SIDA durante os cultos e, a percepção de que é necessária a intervenção das autoridades policiais em casos de violência doméstica.

Embora prevaleçam desafios importantes no seio do grupo alvo, os programas tiveram indiscutivelmente um impacto positivo, sendo que maior parte dos beneficiários inquiridos, afirmou que os mesmos **Contribuíram Muito**, como consta do gráfico nº 6.



3.6. Valor Agregado pela AIN

Tanto a AIN quanto as organizações parceiras reconhecem que os programas levaram os parceiros a incorporar nos seus planos estratégicos, as questões de género e VIH e SIDA como temáticas transversais. Tal facto estimulou um repensar das organizações e a adopção de mudanças organizacionais internas relativamente a estas matérias.

Um segundo aspecto muito referenciado foi o intercâmbio quer de métodos de trabalho, como de abordagens “trocadas” entre organizações religiosas e as “não religiosas”. A estratégia de trabalho articulado e coordenado, montada pela AIN, levou as organizações a trocarem experiências positivas e até a dirimir pontos de divergência quer de ideias, procedimentos de trabalho, lógica de advocacia e lobby, valores institucionais, etc. A advocacia social baseada numa linguagem própria das instituições religiosas foi igualmente um aprendizado.

São ainda referenciados como outros elementos agregados pela AIN, os seguintes: (i) a assessoria aos parceiros para desenvolvimento de políticas e procedimentos internos bem como de elaboração de relatório descritivos e financeiros, embora com necessidade de reforço no domínio do acesso à financiamentos; (ii) A monitoria permanente da AIN, baseada numa metodologia própria de acompanhamento e mentoria para produção de

resultados, o que ajudou os parceiros a crescer; (iii) a capacidade da equipa da AIN, em termos de mobilização de recursos e o papel dos Conselheiros de VIH em Oslo; (iv) a construção de uma sede e centro de formação próprio (UCF);

IV. LIÇÕES APRENDIDAS

- Uma abordagem muito próxima e paternalista cria dependência nos parceiros (criar a prática de fazer “com” o parceiro e não “para” o parceiro) e os mesmos se sentem perdidos aquando do término da parceria. Ou seja, o modelo de 4 anos de trabalho “acomoda”. É preciso privilegiar uma abordagem que garanta autonomia e sustentabilidade para os parceiros;
- Ainda que o contrato de parceria seja de médio e longo prazo, é importante incentivar os parceiros a se empenhar na implementação e renovação dos projectos, assumindo que o financiamento não esteja totalmente garantido.
- Deixar em aberto a contribuição de outros financiadores ajuda a maximizar as actividades e a garantir maior impacto do projecto;
- A necessidade de prestação de conta baseada numa programação criteriosa foi um importante aprendizado para alguns parceiros;

- Apesar dos desafios enfrentados pelas organizações parceiras, relativamente a migração de quadros, a aposta nas OBF é, deveras estratégica, uma vez que estas, independentemente de financiamentos, continuarão trabalhando as questões de género e VIH, contando que estejam efectivamente incorporadas nos planos estratégicos.
- As igrejas, enquanto instituições de moralização da sociedade, possuem um papel importante e uma posição estratégica nos processos quer de mitigação social do VIH e SIDA, quanto de combate e prevenção da VBG;
- De modo a garantir maior e melhor impacto, precisa-se priorizar o apoio aos processos de mudança e desenvolvimento institucional (incluindo a definição e implementação de estratégias de médio e longo prazo para gerir os processos de mudança).
- Um maior investimento em processos de transformação social, de promoção e difusão do *scaling-up* de iniciativas em curso, em detrimento de acções de “simples” transferência de conhecimento, pode produzir melhor impacto e assegurar o seguimento de processos iniciados.

V. RECOMENDAÇÕES CHAVES

Em termos de recomendações, achamos apropriado direccioná-las de forma diferenciada, para AIN e para os parceiros, tendo em conta a diferenciação de abordagem e posição estratégica de cada um.

Assim, as **recomendações para a AIN** são:

- Que nos contratos de financiamento esteja explícita (modelar no texto do contrato standard), a obrigatoriedade dos parceiros adoptarem género e VIH e SIDA como temas de abordagem transversal em conformidade com a política global da AIN;
- Manter a dinâmica de *follow-up* dos processos de formação técnica dos parceiros, porém ter em atenção a necessidade de testificar a competência adquirida de formas a garantir que os parceiros possam caminhar sozinhos;
- De forma a assegurar os factores de sustentabilidade existentes, AIN deve investir

na capacitação técnica dos parceiros em matéria de elaboração de projecto, monitoria e estratégia financeira, tendo em atenção os diferentes doadores (financiadores mais exigentes como USAID e UE), os quesitos de elegibilidade, etc. Tudo isto pode ser operacionalizado através da realização de um *baseline* que permita a identificação das reais necessidades institucionais em termos de reforço de capacidades técnicas, um desenho e execução de um plano de formação realístico (no formato aprender fazendo) e um *endline* para medir o impacto.

- Mapear, juntamente com os parceiros, as oportunidades de financiamentos disponíveis a cada ano fiscal, para que sirva de recurso para angariação de novos financiamentos, sobretudo para os parceiros que deixaram de beneficiar de fundos da AIN.
- A parceria a longo termo é muito importante e favorece o crescimento institucional do parceiro, mas é preciso que o contrato de financiamento seja anual ou bianual de forma a não acomodar o parceiro e o incentivar a apurar a sua capacidade de implementação e produção de resultados e impacto.

Para as **organizações parceiras recomendamos:**

- Que se desenvolvam sistemas de monitoria interna para garantir o acompanhamento efectivo da implementação dos projectos bem como medir o nível de cumprimento dos objectivos. A capacidade de produção e gestão de dados é fundamental para a vida interna das organizações e contribui para a construção de uma imagem institucional credível, capaz de atrair parceria e financiamentos.
- Que sejam capazes de negociar sobre que capacidade técnicas precisam de ser desenvolvidas, de forma a garantir que as formações disponibilizadas vão de encontro as necessidades reais da organização;
- Diversificar as fontes de financiamento para se reforçar os factores de sustentabilidade de processos ora iniciados. E que sejam proactivos na busca de financiamentos, quer para novos projectos quer para complementar projectos já financiados, e que procurem sempre formas de responder legal, institucional e administrativamente os requisitos para os doadores e mais exigentes.

FONTES SECUNDÁRIAS UTILIZADAS

- LOWE, Helena Zefania et al, Relatório da Linha de Base sobre Mitigação do VIH e da SIDA e Violência Baseada no Género – Estratégia da AIN em Angola 2011 a 2015, Luanda, Julho de 2011.
- GOVERNO DE ANGOLA, Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.
- PAANE Angola, Diagnóstico de Género de Angola, 2015.
- GIL, António Carlos, *Como Elaborar projectos de pesquisa, 5ª Edição, São paulo, Editora Atlas, 2010.*
- LUKOMBO, João Baptista, *Crescimento da População em Angola “Um olhar sobre a situação e dinâmica populacional da cidade de Luanda”*. Lisboa: Associação Portuguesa de Demografia, 2012.

- Logframe NCA Angola, 2011 – 2015
- NCA Angola Strategy, 2011 – 2015
- NCA, Excelsheet Annual report, 2015
- NCA, Angola Country Report final, 2011 – 2015
- NCA, Annual Narrative Report Country programmes Angola, 2015
- NCA, Proposal for Continued support to NCA's country plan in Angola 2014 – 2015, submitted to Norad for the period January 2014 to December 2015, on 2013.
- www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2013/12/PLANO ESTRATEGICO VERSAO FINAL.pdf

Anexo 1: Os TdRs da Avaliação.



**Avaliação Externa do Programa de Género e VIH e SIDA
Termos de Referência**

Posição	Consultor
Avaliação	Externa final dos programas de Violência Baseada no Género e VIH e SIDA
Local	Luanda
Previsão do tempo	18 dias de consultoria incluindo elaboração do relatório
Início	10 de Outubro de 2016
Taxa de Consultoria	Dependente da experiência
Data de Apresentação do Relatório	Final de Outubro de 2016

1. ANTECEDENTES DO PROGRAMA

NCA- Ajuda da Igreja da Noruega em Angola implementou no período estratégico 2011-2015 dois programas simultâneos, Violência Baseada no Género, VIH e SIDA, cujos objectivos foram os seguintes:

- Violência Baseada no Género: os homens e mulheres são mobilizados para agirem e lidar com as tradições e praticas que promovem a desigualdade de género e violência.
- VIH e SIDA: melhorar a qualidade de vida de pessoas vivendo com ou afectadas pelo VIH e SIDA.

Os programas foram implementados em Luanda e Benguela com os seguintes parceiros: UCF – União Crista Feminina CICA- Conselho das Igrejas Cristã em Angola, IEBA- Igreja Evangélica Baptista de Angola, PMA- Plataforma Mulheres em Acção e FMJIG- Fórum de Mulheres de Igualdade no Género (Luanda)

O presente documento são termos de referência (TdR) para uma avaliação final do programa, através de uma **Empresa/Individuo** fora da NCA. O objectivo da avaliação é determinar o grau de cumprimento das metas estabelecidas no documento estratégico, bem como o impacto produzido nas comunidades afectas e nos mesmos parceiros implementadores devido a implementação no período entre 2011 a 2015.

2. PROPOSITO DA AVALIAÇÃO

A avaliação irá medir a relevância, eficácia, impacto e sustentabilidade do desenho e a implementação do programa.

3. METODOLOGIA

- ✓ Entrevistas semi- estruturadas com parceiros e outras intervenientes chaves
- ✓ Colecta e análise de dados recolhidos.

4. QUESTÕES DA AVALIAÇÃO

Relevância:

- ✓ Até que ponto o programa foi relevante para as mulheres e raparigas afectadas pela Violência e Baseada no Género nas áreas geográficas do programa?
- ✓ Até que ponto o programa foi relevante e contribuiu para a Estratégia Nacional e outras possíveis políticas e legislação para prevenir a Violência Baseada no Género ?.

- ✓ Em que medida as mudanças do contexto político em Angola influenciou o programa desde o início?
- ✓ Qual foi a relevância do programa em relação a outras organizações que estão a focalizar no combate contra o GBV?

Eficácia:

- ✓ Em que medida é que os objectivos foram alcançados?
- ✓ As actividades e os resultados do programa foram coerente com os objectivos e impacto pretendidos do programa?
- ✓ Quais foram os factores principais e constrangimentos que influenciaram na realização dos objectivos do programa?
- ✓ Em que medida o programa contribuiu para estabelecer ligações entre os diferentes parceiros do programa e outras organizações que trabalham na prevenção da Violência Baseada no Género e VIH e SIDA ?
- ✓ Em que medida o programa contribuiu para reforçar iniciativas relevantes sobre advocacia?

Eficiência:

- ✓ Em que medida a gestão do projecto (com vários parceiros religiosos e não religiosos) influenciaram de forma eficiente?

Sustentabilidade /Impacto

- ✓ Até que ponto pode-se observar/constatar mudanças positivas nos beneficiários em "quebrar o silêncio sobre VBG", produzido pelo programa? (Directa ou indirectamente)?
- ✓ Que mudanças podem ser observadas/constatadas nas comunidades onde o projecto foi implementado?
- ✓ Quantas pessoas foram beneficiadas com as actividades dos projectos? se possível, desagregados por homens / mulheres ?

Valor Acrescido da NCA

- ✓ Qual foi o valor acrescido da NCA nos projectos?
- ✓ Em que medida NCA facilitou /construiu ligações entre parceiros do programa para trabalho de advocacia ?
- ✓ Em que medida a NCA contribui no fortalecimento dos parceiros no desenvolvimento organizacional? Sistemas financeiros e/ou administrativos, procedimentos, relações exteriores, governação, recursos humanos, ect ?
- ✓ Em que medida a NCA contribuir no fortalecimento dos parceiros (em termos de capacidade / competência / divulgação / compreensão) no seu trabalho contra a VBG e VIH e SIDA?
- ✓ Que tipos de desafios encontraram na parceria com NCA?
- ✓ Conseguiram resolver dificuldades em relacionamentos da forma eficaz e construtiva?
- ✓ Como foram resolvidas os conflitos ou superados e os desafios?
- ✓ Em que medida o apoio da NCA proporcionou algum crescimento ao parceiro de forma a que ele possa caminhar sozinho agora numa fase sem apoio

5. AMBITO DO TRABALHO

5.1 Revisão de Documentos

- ✓ Consultor deve analisar todos os documentos relacionados com o programa, que serão disponibilizados no início do contrato de consultoria.

5.2 Entrevistas e Encontros com Parceiros

- ✓ Reunir com representantes de todos os parceiros do programa de VBG e VIH
- ✓ Entrevista com representantes das seguintes organizações parceiros incluindo no programa de GBV e VIH e SIDA: UCF, IEBA, CICA, PMA e FMJIG.
- ✓ Reunião com Gestor de Programa da NCA e Oficial de Programa de Género e VIH.
- ✓ Entrevistas com Beneficiários dos projectos dos diferentes parceiros.
- ✓ Entrevistas com outros actores chaves, ect.

6. PRAZO PARA REALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO CHAVES

6.1 Prazo para realização

Avaliação decorrerá durante 18 dias, de 10 de Outubro 2016

6.2 Qualificações Chaves do Consultor

- Experiência e habilidade em avaliação de projecto (Projectos sociais, eficácia e impacto)
- Experiência em metodologia e processo participativo.
- Experiência e conhecimento em assuntos sobre género e VIH e SIDA, de preferência vindo de projectos que visa prevenir a violência baseada no género e VIH e SIDA.
- Boa habilidade analítica.
- Fluência em português.

7. ENTREGA E ORÇAMENTO

Proposta do plano de avaliação incluindo a proposta da metodologia e Orçamento.

8. ESTRUTURA DO RELATORIO

O relatório de avaliação deve obedecer os seguintes requisitos: Recomendações: uma página: Resumo Executivo: três páginas: Apresentação dos resultados 15 a 25 paginas:

I. - Resumo executivo: Deverá conter a essência da informação contida no relatório, com ênfases particulares nos principais resultados, conclusões, recomendações e lições aprendidas. (tres paginas)

II.- Introdução:

- Antecedentes e Objectivo da avaliação.
- Perguntas principais e critérios de valor: definição.

III. Descrição resumida da intervenção avaliada, com especial referência as expectativas de cumprimento no momento da avaliação; resumo dos antecedentes, a Organização e gestão, actores implicados e contexto pela qual se desenvolve a Intervenção.

IV. Metodologia utilizada na avaliação:

Metodologia e técnicas aplicadas.

- Condicionantes e limites do estudo realizado.
- Análises da informação recompilada e evidências em torno as questões estabelecidas previamente. Interpretação das evidências em relação com as perguntas da avaliação enunciadas.

VI.- Conclusões da avaliação em relação com os critérios de avaliação estabelecidos.

VII.- Lições aprendidas

VIII.- As recomendações derivadas da avaliação (1 pagina)

9. Anexos **Proposta Técnica de Consultoria**

- Os Tdrs.
- plano de trabalho, a composição e a descrição da missão.
- Metodologia proposta, técnicas e fontes utilizadas para recolha da informação:
- Revisão documental: listagem das fontes secundárias utilizadas.
- Entrevistas: listagem de informantes, qualificação, entrevistas, transcrições e notas.
- Investigações: modelos, dados brutos recompilados e análises estatísticas.
- Sessões participativas.
- Alegações e comentários de distintos actores ao rascunho do relatório serão consideradas pertinentes, sobre tudo se existem desacordos e não tenham sido reflectidas no corpo do relatório.

10. Submissão

O consultor deveram submeter as sua candidatura via eletrónico para representante legal da NCA em Angola Stephanie.french@nca.no cc: sca@nca.no ate dia 1de Outubro de 2016. O consultor deve enviar a sua candidatura incluindo os seguintes documentos:

- Proposta de plano de avaliação (não mais do que 2 paginas) incluindo a proposta da metodologia.
- CV (não mais do que 2 paginas)
- Lista /exemplos de consultorias e publicações anteriores, caso não seja incluído no CV
- 3 Referências
- Proposta de orçamento

11. Contexto

A abordagem de direitos humanos em Angola ganhou corpo através da sociedade civil. Inicialmente solicitada por muitos parceiros, doadores e financiadores, esta abordagem permitiu a sociedade civil um olhar mais abrangente e relacional de muitas questões sociais onde ficou demarcada a necessidade da transversalidade de vários temas, sob pena de não se alcançar o sucesso dos projectos implementados. Temas como Direitos Humanos e VIH/SIDA, Direitos Humanos e Género, Direitos Humanos e Pobreza, passaram a fazer parte dos planos estratégicos de várias organizações como a ADRA, AJPD, Mwenho, UCF, PMA, FMJIG, Fojassida, bem como várias Organizações Comunitárias de Base (OCB) e Organizações Baseadas na Fé (OBF). De referir que as OCB e as OBF tiveram um papel fundamental no processo pela sua disponibilidade e capacidade de interpretar, adaptar e questionar práticas culturais e religiosas nocivas.

O Governo incluiu essa abordagem através de programas e políticas públicas, que permitiram parcerias e o entrosamento dos projectos implementados pela sociedade civil, maior oportunidade de advocacia, maior possibilidade de sucesso e impacto na mitigação dos problemas sociais nomeadamente o estigma e discriminação em relação ao VIH e SIDA, maior acesso à informação e assistência médica e medicamentosa para as pessoas infectadas pelo VIH e SIDA, aumento das denúncias e queixas dos casos de violência contra a mulher e de violência doméstica, maior acesso para as meninas e mulheres à escola e ao mercado de trabalho bem como, maior aceitação da igualdade de género como necessária para o desenvolvimento social.

A Ajuda da Igreja da Noruega em Angola (AIN), não esteve por fora deste processo e implementou no período estratégico 2011-2015 dois programas simultâneos - (i) Violência Baseada no Género, (ii) VIH e SIDA - que tinham como objectivos mobilizar homens e mulheres para lidarem com as tradições e práticas que promovem a desigualdade de género e violência e ainda melhorar a qualidade de vida de pessoas vivendo com ou afectadas pelo VIH e SIDA. Os programas foram implementados em Luanda e Benguela com os seguintes parceiros: União Crista Feminina (UCF), Conselho das Igrejas Cristãs em Angola (CICA), Igreja Evangélica Baptista de Angola (IEBA), Plataforma Mulheres em Acção (PMA) e Fórum de Mulheres de Igualdade no Género (FMJIG).

Ao fim da implementação do programa, a AIN pretende realizar uma avaliação externa, cujos objectivos são:

3. Determinar o grau de cumprimento das metas estabelecidas no documento estratégico;
4. Aferir o impacto nas comunidades afectas aos programas e nos parceiros implementadores.

É nesta perspectiva que esta proposta de avaliação foi desenhada.

12. Metodologia e Instrumentos

Crítérios	Pergunta Chave	Metodologia	Instrumento
1. Relevância	Qual foi a relevância do programa em relação aos beneficiários, estratégia e legislação nacional,	- Inquérito por questionário : avaliação da opinião das beneficiárias em relação ao projecto.	- Questionário de administração indirecta

	organizações implicadas na abordagem de género ?	<ul style="list-style-type: none"> - Discussão em Grupos focais, com beneficiárias. - Entrevista aos parceiros e informantes chaves 	<ul style="list-style-type: none"> - Guião para grupo focal - Guião de entrevista semi-estruturada
2. Eficácia	Em que medida os objectivos e resultados preconizados foram alcançados?	<p>1. Revisão documental e discussão com as equipas de gestão dos projectos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise comparada de dados do Baseline, sistemas de monitoria, dados da avaliação ; - Análise da performance e nível de alcance dos indicadores do programa/projectos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Base de Dados ; - Quadro lógico ; - Relatórios de monitoria/ progresso ; - MAIP¹⁶ - MIR¹⁷
3. Eficiência	Em que medida os mecanismos de gestão e coordenação do programa foram eficientes ?	Discussão em Grupo focal, com as organizações parceiras	Guião para grupo focal
4. Sustentabilidade / Impacto	Que mudanças podem ser constatadas nas comunidades onde os projectos foram implementados?	<ul style="list-style-type: none"> - Inquérito aos beneficiários; - Análise de relatórios de progresso (foco no universo de beneficiários e nas mudanças) - Entrevista à líderes comunitários 	<p>Questionário de administração indirecta</p> <p>Guião de entrevista aos líderes</p>
5. Valor Acrescido na AIN	Qual foi o valor acrescido da AIN nos projectos	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevista ao Gestor e ao Oficial de programa da AIN ; - Entrevistas aos Coordenadores de Projecto. 	Guiões de entrevista semi-estruturada

13. Plano de trabalho

Calendário Outubro 2016	Nº de Dias	Actividade
De 10 a 13	4 dias	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão documental - Recepção/Produção da lista de Intervenientes chaves e agendamento de entrevistas - Elaboração do MAIP e MIR - Elaboração dos instrumentos de colecta de dados
Entre 14 e 22	7 dias	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas - Grupos focais (Luanda e Benguela)

¹⁶ Mapeamento das Actividades e Indicadores de Processo.

¹⁷ Mapeamento dos Indicadores de Resultados.

De 24 a 27	4 dias	- Elaboração do relatório e depósito do draft
Dia 28	1 dia	- Workshop de revisão e incorporação
Entre 29 e 31	2 dias	- Afinações e Entrega do relatório Final

14. Orçamento

Cod .	Designação	Qt	U.M	V. Unit	Total
1	Honorários				
1.1	Honorários para Consultora 1	18	Dias	Kz 51000 00	Kz 918 000 00
1.2	Honorários para Consultor 2	14	Dias	Kz 51000 00	kz 714 000 00
	Subtotal 1				kz 1 632 000 00
2	Custos de Viagem				
2.1	Passagem aérea para Benguela (ida/volta)	1	Bilhete	kz 68 000 00	kz 68 000 00
2.2	Hospedagem	1	Noite	kz 17 000 00	kz 17 000 00
2.3	Alimentação	1	Dia	kz 11 900 00	kz 11 900 00
	Subtotal 2				kz 96 900 00
3	Outros Custos				
3.1	Comunicação	1		kz 34 000 00	kz 34 000 00
3.2	Transporte	1		kz 51 000 00	kz 51 000 00
3.3	Workshop de revisão	1		kz 102 000 00	kz 102 000 00
	Subtotal 3				kz 187 000 00
Total 1+2+3					Kz 1 915 900 00
4	Encargos Sociais (6,5%)				Kz124 533,50
TOTAL GERAL					Kz 2 040 433 00

15. Perfil dos Consultores

	Perfil	Referências
1. Delma Monteiro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciada em Administração pela AIEC¹⁸ e Bacharel em Sociologia pelo ISCED¹⁹ ▪ Directora executiva do Observatório de Género e Presidente do Conselho Fiscal da AJPD; ▪ Desenvolve material de IEC e formação em Direitos Humanos, Género e VIH/SIDA; ▪ Consultora em desenvolvimento organizacional. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Katila Pinto de Andrade (Directora Adjunta e Oficial de Programas de Género e Direitos Humanos da Open Society) Email- katilap@osisa.org ▪ Fabio Verani (Coordenaor do Programa de Género e Saúde Sexual da EngenderHealth) Email- fverani@gmail.com ▪ Helena Zefanias (Directora da Embondeira e Consultora) Email- hzlembondeira@gmail.com

¹⁸AIEC : Associação Internacional de Educação Continuada.

¹⁹ ISCED: Instituto Superior de Ciências da Educação.

2. Roque Umbar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciado em Direito (pela UNIA²⁰) e Pedagogia (pelo ISCED²¹ do Sumbe); ▪ Técnico Médio de Educação Social pelo ICRA²²; ▪ Advogado Estagiário e Consultor para a área de Desenvolvimento Comunitário e Organizacional; ▪ Concebe sistemas de tratamento de dados para a gestão, monitoria e avaliação de projectos sociais, com recurso ao Microsoft Excel; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Henry Valot (Consultor e Ex- Coordenador PAANE Angola) E-mail: hvalot@gmail.com ▪ Paulo Filipe (Laboratory Integrated Social Analysis) Email: filippaulo@gmail.com ▪ Sérgio Calundungo (Consultor) E-mail: scalundungo@gmail.com
-----------------------	--	--

16. Apêndices

6.1. CV Delma Monteiro

6.2. CV Roque Umbar

²⁰ UNIA: Universidade Independente de Angola.

²¹ ISCED: Instituto Superior de Ciências da Educação.

²² ICRA: Instituto de Ciências Religiosas de Angola.

Apêndice 2: Ferramentas de Recolha de Dados.

AJUDA DAS IGREJAS NORUEGUESAS PROGRAMAS DE GÉNERO E VIH e SIDA (2011 – 2015)

Guião para Entrevistas aos parceiros Implementadores

Objectivos: (i) Aferir a relevância do projecto ; (ii) Aferir o impacto dos programas nos parceiros ; (iii) Elencar lições aprendidas.

Tópicos :

- Leitura do contexto de género e VIH e SIDA
 - A nível legal
 - Políticas e programas do governo
 - Actuação das OCS
 - Necessidades e desafios em termos de Violência Baseada no Género/ da abordagem do VIH/SIDA
- Principais actividades e ganhos do programa(s)
- Em que medida os objectivos foram alcançados
- Que mudanças podem ser observadas na comunidade
 - Em relação a denúncias de situações de VBG
 - Em relação ao Estigma e discriminação
 - Em relação ao questionamento de práticas culturais e religiosas nocivas;
- Principais desafios em termos de implementação do(s) programas
- Em que medida o(s) programa(s) influenciou a abordagem de género e/ou VIH a nível do programa do governo e outros intervenientes
- Em que medida a mudança no contexto influenciou a implementação do programa
- O que significou a implementação deste(s) projectos para a Organização
- Valor acrescido pela AIN nos Projectos :
 - A parceria com a AIN facilitou o crescimento institucional dos parceiros (Mecanismos de gestão, monitoria, relatórios e prestação de contas, Sistemas financeiros e/ou administrativos, procedimentos, relações exteriores, governação, recursos humanos)
 - Que tipos de desafios foram encontrados na parceria com a AIN;

**AJUDA DAS IGREJAS NORUEGUESAS
PROGRAMAS DE GÉNERO E VIH e SIDA (2011 – 2015)**

Guião com Gestor/Oficial de Programa da AIN

Objectivos: (i) Aferir a relevância do projecto ; (ii) Aferir o Valor acrescentado pela AIN a implementação dos projectos e aos parceiros.

Tópicos :

- Leitura do contexto de género e VIH e SIDA
 - A nível legal
 - Políticas e programas do governo
 - Actuação das OCS
 - Necessidades e desafios em termos de Violência Baseada no Género/ da abordagem do VIH/SIDA
- O que significou a implementação deste(s) programas para a AIN
- Valor acrescentado pela AIN nos Projectos
- Que tipos de desafios foram encontrados na relação com os parceiros;
 - Conseguiram resolver dificuldades em relacionamentos de forma eficaz e construtiva?
 - Como foram resolvidos os conflitos ou superados e os desafios?
- Em que medida a NCA contribuir no fortalecimento dos parceiros (em termos de capacidade / competência / divulgação / compreensão) no seu trabalho contra a VBG e VIH e SIDA?
- Em que medida NCA facilitou /construiu ligações entre parceiros do programa para trabalho de advocacia?
- A parceria com a AIN significou sustentabilidade institucional dos parceiros (Sistemas financeiros e/ou administrativos, procedimentos, relações exteriores, governação, recursos humanos, etc) ?

**AJUDA DAS IGREJAS NORUEGUESAS
PROGRAMAS DE GÉNERO E VIH (2011 – 2015)**

Guião para Grupos Focais nos municípios

Objectivos: (i) discutir em grupo a relevância do projecto ; (ii) os principais inputs e mudanças operadas em função das acções do projecto.

Tópicos :

- Apresentações individuais
- Contexto de género e/ou VIH, ao nível local (ontem e hoje)
- As Necessidades e desafios em termos de Violência Baseada no Género e VIH
- O projecto em que estiveram envolvidos, em termos de :
 - ✓ Relevância para as mulheres e raparigas afectadas pela Violência Baseada no Género
 - ✓ Relação entre as acções do projecto e as necessidades do grupo
 - ✓ A relevância das acções, metodologia e abordagem do projecto
- O Impacto do projecto em que estiveram envolvidos, em termos de :
 - ✓ Mudanças positivas nos beneficiários em "quebrar o silêncio sobre VBG", produzido pelo programa (Directa ou indirectamente);
 - ✓ Mudanças positivas nos beneficiários em termos de redução do estigma e discriminação contra pessoas vivendo com VIH, produzido pelo programa (Directa ou indirectamente);
 - ✓ Outras mudanças que podem ser observadas/constatadas nas comunidades onde o projecto foi implementado;
 - ✓ Pessoas que foram beneficiadas com as actividades dos projectos
- Exemplos de iniciativas locais de prevenção/Redução :
 - ✓ da violência baseada no género;
 - ✓ do VIH-SIDA (estigma e discriminação).
- Limitações técnicas e metodológicas do projecto
- Necessidades prevaletentes e desafios.

AJUDA DAS IGREJAS NORUEGUESAS
PROGRAMAS DE GÉNERO E VIH

AVALIAÇÃO EXTERNA FINAL

Formulário de Avaliação para Beneficiários /Grupo Alvo

Ficha nº

Dados de Identificação

Nome	Idade:	Sexo (M/F):
Província:	Município:	Data:

O presente formulário é destinado aos beneficiários directos e partes envolvidas nas actividades implementadas pela UCF, IEBA, FMJIG, PMA, CICA, IECA, no âmbito dos programas de Género e VIH suportados pela Ajuda das Igrejas Norueguesas (AIN). A finalidade é obter opiniões sobre a relevância do programa e seu impacto na comunidade, em termos de como homens e mulheres puderam lidar com as tradições e práticas que promovem a desigualdade de género e violência e ainda, como terá melhorada a qualidade de vida de pessoas vivendo com ou afectadas pelo VIH e SIDA.

Por isso, solicitamos-lhe que responda às questões, colocando **X** no quadrado que melhor corresponde a sua opinião e convicção. Todas as informações prestadas são confidenciais e servirão apenas para uso referido.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

Questões:

1. Relativamente à relevância dos programas, responda:

1.1. Em que actividades esteve envolvido (a) directamente?

- | | |
|--|-----------------------------|
| Actividades sobre Violência Baseada no género..... | no <input type="checkbox"/> |
| Actividades sobre Mitigação Social do VIH e SIDA | <input type="checkbox"/> |
| Ambas as actividades | <input type="checkbox"/> |

1.2. Em que tipos de Actividades você participou?

- | | |
|---------------------------------|--------------------------------|
| Formação Género..... | sobre <input type="checkbox"/> |
| Formação sobre VIH e SIDA | <input type="checkbox"/> |
| Palestras..... | <input type="checkbox"/> |
| | |
| Workshop ou Conferência..... | <input type="checkbox"/> |
| Troca de Experiências..... | <input type="checkbox"/> |
| Outra (Qual) _____ | |

1.3. Exprese o grau de importância do programa ou projecto em que participou, de acordo com os seguintes itens:

	Muito importante	Importante	Pouco importante
Metodologia e abordagem ²³	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Objectivos, estratégias e actividades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pertinência para as pessoas implicadas no problema ²⁴	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Algum Comentário? _____

2. Relativamente às formações e outras actividades em que participou ou soube da sua realização para o bem da comunidade, diga:

2.1. Numa escala de 0 a 10, sendo o “muito fraca” e 10 “muito forte”, avalie o nível do teu conhecimento, em termos de compreensão sobre Violência baseada no género?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

2.2. Numa escala de 0 a 10, sendo o “muito fraca” e 10 “muito forte”, avalie o nível do teu conhecimento, em termos de compreensão sobre mecanismos de mitigação social do VIH e SIDA?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

2.3. Para si, em que medida as actividades desenvolvidas pela AIN e seus parceiros nacionais, terão contribuído para prevenir e reduzir as **práticas culturais** e/ou **tradicionais negativas** como violência doméstica, gravidez precoce, discriminação de mulheres e meninas, VIH, no seio das comunidades?

- Contribuiu muito
- Contribuiu.....
- Contribuiu Razoavelmente
- Não Contribuiu
-
- Agravou a Situação

²³ **Metodologia e abordagem** referem-se aos procedimentos usados (ex: reflexão, debate, etc), assim como a forma como os temas eram desenvolvidos.

²⁴ **Pessoas implicadas no problema** são as vítimas de violência baseada no género ou pessoas infectadas ou afectadas pelo VIH.

3. **Relativamente ao papel dos líderes religiosos e autoridades tradicionais, diga:**

3.1. Sua opinião em relação ao papel desempenhado hoje pelos líderes religiosos e autoridades tradicionais, no sentido da prevenção e redução da violência baseada no género e VIH e SIDA, a partir dos itens seguintes:

	Muito Satisfeito	Satisfeito	Pouco Satisfeito	Insatisfeito
Abordagem e Domínio sobre VIH	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Abordagem e Domínio sobre Género	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acções sociais para reduzir a Violência Baseada no Género (VBG)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acções sociais para reduzir e prevenir o VIH.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Denúncias de casos de Violência de Género	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Combate ao estigma e discriminação contra pessoas vivendo com VIH	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Apoio espiritual ou psicossocial às pessoas vítimas de VBG	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Apoio espiritual ou psicossocial às pessoas afectadas ou vivendo com VIH	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. Indique **sugestões** ou **alterações** que considera pertinentes para programas da mesma natureza, no futuro?

Apêndice 3: Listagem de informantes chaves e Grupos Focais

<i>Informantes chaves entrevistados</i>				
<i>#</i>	<i>Nomes</i>	<i>Organização</i>	<i>Função</i>	<i>Contacto</i>
1	Suzana Mendes	FMJIG	Directora	
2	Evalina Adriano	IECA	Coordenadora do Departamento de Saúde, VIH e Género	
3	João Bongue	IECA/CICA	Ex-coordenador de projecto da IECA	
4	Laurindo Cangombe	IECA	Pastor	
5	Verónica Sapalo	PMA	Directora	
6	Carolina Miranda	PMA	Membro	
7	Bila Mpova	IEBA	Director da Diaconia	
8	Ntuiu Elisa	UCF	Directora	
9	Juliana Jamba	UCF	Secretária Administrativa e Financeira	
10	Diavava Jaquelina	CICA	Coordenadora do Departamento de Mulheres do CICA	
11	Nelson João	AIN	Oficial de Programa	
12	Jordão António	AIN	Oficial de Programa	
<i>Grupo Focal 1 (24.10.16)</i>				
13	Isabel Kumba	CICA	Secretária da Mesa de Conferência do Departamento da Mulher do CICA	
14	Feliciano Chilonulo	MACA	Membro	
15	Domingas Alfredo	MEPA	Directora Adjunta da Mulher	
16	Lucinga Elizabeth	IEBA	Secretária Executiva do Departamento de Senhoras da IEBA	
17	Maria Pedro	IEBA	Membro	
<i>Grupo Focal 2 (26.10.16)</i>				
18	André Israel	UCF	Beneficiário /Activista	
19	Augusto Jamba	UCF	Beneficiário /Activista	
20	Benedita Fuani	UCF	Beneficiário /Activista	931016143
21	Lunguela Miguel	UCF	Beneficiário /Activista	
22	Mpova Ferraz	UCF	Beneficiário /Activista	928714599
23	Ukani Paulo	UCF	Beneficiário /Activista	
<i>Grupo Focal 3 (28.10.16)</i>				
24	Angelina Chicumbo		Beneficiário	
25	Avelina Chissifo		Beneficiário	
26	Berta Muiocota		Beneficiário	
27	Ester Correia	PMA	Ponto Focal	
28	Flora Gunja		Beneficiário	

29	Inácia Ngunja		Beneficiário	
30	Isabel Pedro		Beneficiário	
31	Madalena Capembe		Beneficiário	
32	Salomé Dumbo		Beneficiário	
Workshop de Validação (9.11.26)				
	Jordão António	AIN	Oficial de Programa	
	Stephane Franch	AIN	Representante	
	Bila Mpova	IEBA	Director da Diaconia	
	Juliana Jamba	UCF	Secretária Administrativa e Financeira	
	Lunguela Miguel	UCF	Activista	
	Benedita Fuani	UCF	Activista	
	Luís	PMA	Assistente Logístico	

Apêndice 4: Listagem de Beneficiários Inquiridos (base de dados)

Cod.	Nome	Faixa Etária	Sexo	Província	Município
IB1	Lucrécia Domingas	36 - 50	Feminino	Benguela	Bocoio
IB2	Benedita Fuani	18 -35	Feminino	Luanda	Cazenga
IB3	Augusto Jamba	18 -35	Masculino	Luanda	Cazenga
IB4	Ukani Kiala	18 -35	Masculino	Luanda	Cazenga
IB5	André Israel	18 -35	Masculino	Luanda	Cazenga
IB6	Mpova Ferraz	18 -35	Feminino	Luanda	Cazenga
IB7	Lunguela Miguel	18 -35	Feminino	Luanda	Cazenga
IB8	Isabel Pedro	36 - 50	Feminino	Benguela	Bocoio
IB9	Avelina Chissifo	18 -35	Feminino	Benguela	Bocoio
IB10	Berta Muiocota	18 -35	Feminino	Benguela	Bocoio
IB11	Angelina Chicumbo	18 -35	Feminino	Benguela	Bocoio
IB12	Salomé Dumbo	36 - 50	Feminino	Benguela	Bocoio
IB13	Ester Correia	18 -35	Feminino	Benguela	Bocoio
IB14	Madalena Capembe	18 -35	Feminino	Benguela	Bocoio
IB15	Inácia Ngunja	18 -35	Feminino	Benguela	Bocoio
IB16	Flora Gunja	18 -35	Feminino	Benguela	Bocoio
IB17	Lussinga Elizabeth	Oculto	Feminino	Luanda	Cazenga
IB18	Domingas Alfredo	36 - 50	Feminino	Luanda	Maianga
IB19	Sofia Kavunga	18 -35	Feminino	Luanda	Cacuaco
IB20	Pastona Irina	+50	Feminino	Luanda	Viana
IB21	Diavana de Deus	+50	Feminino	Luanda	Cazenga
IB22	Janeta Simão	+50	Feminino	Luanda	Belas
IB23	Doroteia dos Santos	+50	Feminino	Luanda	Sambizanga
IB24	Ana Andrade	36 - 50	Feminino	Luanda	Maianga
IB25	Judith Augusto	+50	Feminino	Luanda	Sambizanga
IB26	Domingas Kimbenje	+50	Feminino	Luanda	Cacuaco
IB27	Wete Paulina	36 - 50	Feminino	Luanda	Cazenga
IB28	Matu Mauica	36 - 50	Feminino	Luanda	Cazenga

